

ANÁLISE DOCUMENTAL DA TELESCOLA EM PORTUGAL: UM OLHAR PRELIMINAR SOBRE OS DEBATES PARLAMENTARES DO ESTADO NOVO (1961-1974)

RUI LIMA E LUÍS ALBERTO ALVES (CITCEM-FLUP)

RESUMO

É incontestavelmente reconhecido o sucesso alcançado por este subsistema de ensino, implementado no nosso país ao longo de cerca de meio século, que contou com o suporte logístico de aproximadamente 2.000 postos de apoio e uma frequência anual superior aos 60.000 alunos. Por conseguinte, inserido num projeto mais vasto de investigação, o INOVAR - «Roteiros da inovação pedagógica: Escolas e experiências de referência em Portugal no século XX», este artigo constitui um primeiro momento de apresentação de resultados em torno dos seguintes objetivos de investigação: avaliar em que medida os debates políticos que tiveram lugar no hemiciclo da Assembleia Nacional e na Câmara Corporativa do Estado Novo (1933-1974) terão impulsionado a criação da Telescola em Portugal; destacar o mérito pedagógico deste subsistema de ensino; e, de uma forma mais genérica, contribuir para o aprofundamento do estudo e investigação da Telescola em Portugal, linha de investigação pela qual, de resto, já temos vindo a revelar o nosso interesse há algum tempo.

Ora, adotando uma metodologia essencialmente qualitativa, com recurso às técnicas e procedimentos da análise documental, da análise de conteúdo e da análise do discurso aplicadas aos dados recolhidos nos arquivos digitais da VIII à XI Legislatura (1961-1974), dos *Diários das Sessões* da Assembleia Nacional e das *Actas da Câmara Corporativa*, o presente artigo apresentará e discutirá os resultados alcançados nesta primeira fase de desenvolvimento metodológico da investigação: a análise documental.

Palavras-chave: Telescola, Debates, Estado Novo, Diários das Sessões, Assembleia Nacional, Actas, Câmara Corporativa.

1. ENQUADRAMENTO POLÍTICO-CONSTITUCIONAL

O estudo da Telescola, criada em Portugal pelo *Decreto-Lei n.º 46 136*, de 31 de dezembro 1964, passa indissociavelmente pelo contexto político em que ela emergiu: o Estado Novo ou Salazarismo. Regime instituído pela *Constituição de 1933* e que só terminou com a revolução democrática de 25 de abril de 1974. Urge, por isso, antes de mais, centrar a nossa análise no plano estritamente político e constitucional do regime. Deste modo, foi pelo *Decreto n.º 22 241*, de 22 de fevereiro de 1933, que António de Oliveira Salazar, enquanto Presidente do Conselho de Ministros, promulgou o projeto de “Constituição Política da República Portuguesa”, entretanto submetida a plebiscito, em 19 de março, e em vigor desde 11 de abril de 1933, com a publicação, no *Diário do Governo n.º 83*, da “Acta da assembleia geral de apuramento dos resultados do Plebiscito Nacional de 19 de Março de 1933, sôbre a Constituição Política da República Portuguesa”. Segundo o Artigo 71.º dessa Constituição, “A soberania reside na Nação e tem por órgãos o Chefe do Estado, a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais”, acrescentando o seu Artigo 85.º que “A Assembleia Nacional é composta de noventa deputados eleitos por sufrágio directo dos cidadãos eleitores, durante o seu mandato quatro anos”. Por seu turno, o Artigo 102.º esclarece que “Junto da Assembleia Nacional funciona uma Câmara Corporativa composta de representantes de autarquias locais e dos interesses sociais, considerados estes nos seus ramos fundamentais de ordem administrativa, moral, cultural e económica”, para no artigo seguinte elucidar que “Compete à Câmara Corporativa relatar e dar parecer por escrito sobre todas as propostas ou projectos de lei que forem presentes à Assembleia Nacional, antes de ser nesta iniciada a discussão” (Artigo 103.º da *Constituição de 1933*).

A sessão inaugural da Assembleia Nacional (A.N.) ocorreu em 12 de janeiro de 1935, como resultado das eleições realizadas a 16 de dezembro transato. Enquanto câmara política e órgão de soberania, competia-lhe “legislar e fiscalizar a vida administrativa e governativa”. As várias “revisões constitucionais introduziram-lhe algumas alterações, particularmente, no número de deputados, eleitos nas listas da União Nacional e mais tarde Ação Nacional Popular, por sufrágio direto e maioritário, com sistema de listas. Os deputados não podiam ser ao mesmo tempo procuradores da Câmara Corporativa” (Assembleia Nacional, s.d.). Começou por ser constituída por 90 deputados nas três primeiras sessões legislativas. Contudo, fruto da “revisão constitucional de 1945 (...) o número de deputados aumentou para 120” (Braga, 2011, p. 2), atingindo os 130, na década de 1960, e um máximo de 150 deputados na última das suas 11 legislaturas.

Por seu turno, a Câmara Corporativa (C.C.) “não tinha iniciativa legislativa mas apenas funções consultivas, através de pareceres obrigatórios”, ainda que “sem carácter vinculativo, em toda a atividade legislativa exercida pela Assembleia Nacional e pelo Governo”. De resto, “iniciou as suas funções em 1935, teve 11 legislaturas e cada sessão legislativa durava 3 meses” (Câmara Corporativa, s.d.). Portanto, dispondo de “poderes meramente consultivos, a C.C. era um órgão auxiliar da Assembleia Nacional e do Governo” (Ferreira, 2009, p. 3).

Ora, é precisamente aqui que entronca o nosso estudo uma vez que nos propomos, através da pesquisa e análise documental, da análise de conteúdo e da análise do discurso dos arquivos eletrónicos das VIII à XI Legislaturas (1961-1974), dos *Diários das Sessões* da Assembleia Nacional e das *Actas da Câmara Corporativa*, compreender e aferir o eventual impacto e o contributo dos debates parlamentares e dos “discursos pedagógicos” dos deputados da Nação na criação da Telescola em Portugal. De facto, tal como é salientado por alguma literatura da especialidade, ainda que se trate de um regime autoritário, o Estado Novo “assumiu as instituições típicas de um estado de direito, das quais (...) se salientam as câmaras «representativas», designadamente a Câmara Corporativa (CC) e a Assembleia Nacional (AN), com destaque para esta última” (Tavares Castilho, 2001, p. 65). Outros autores compararam mesmo estas câmaras do regime respetivamente a “uma espécie de quadro de honra nacional” e a “um colégio de cardeais de carácter intelectual, administrativo e funcional, cujos membros haviam sido escolhidos por serviços prestados ao Estado” (Schmitter, 1999, p. 36).

2. METODOLOGIA

Delimitando a 14 anos o período cronológico deste estudo (1961-1974), correspondente à VIII, IX, X e XI Legislaturas do Estado Novo (1933-1974), propomo-nos através dele:

(i) avaliar em que medida os debates políticos que tiveram lugar no hemiciclo da Assembleia Nacional e na Câmara Corporativa do Estado Novo terão impulsionado a criação da Telescola em Portugal;

(ii) destacar o mérito pedagógico deste subsistema de ensino;

(iii) e contribuir para o aprofundamento do estudo e investigação da Telescola em Portugal.

Nesse sentido, começamos por descrever o processo de identificação e seleção da amostra, tendo por base a pesquisa documental ao acervo digital, disponibilizado pela Assembleia da República em <http://debates.parlamento.pt/>, referente aos debates parlamentares, concretamente:

(i) os *Diários das Sessões* da Assembleia Nacional (cf. Tabela 1);

Legislaturas	Início	Fim
VIII	25/11/1961	08/08/1965
IX	25/11/1965	21/03/1969
X	24/11/1969	27/04/1973
XI	15/11/1973	25/04/1974

Tabela 1 - Âmbito cronológico da pesquisa documental dos Diários das Sessões da Assembleia Nacional (VIII à XI legislaturas).

Fonte: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan>

e (ii) as *Actas da Câmara Corporativa* (cf. Tabela 2).

Legislaturas	Início	Fim
VIII	25/11/1961	24/11/1965
IX	26/11/1965	20/11/1969
X	20/03/1970	28/12/1972
XI	15/11/1973	24/04/1974

Tabela 2 - Âmbito cronológico da pesquisa das Atas da Câmara Corporativa (VIII à XI legislaturas)

Fonte: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/acc>

Assim, o processo de seleção da amostra iniciou-se com uma pesquisa documental com base em 4 palavras-chave: “Telescola”, “Televisão escolar”, “Televisão educativa” e “Ciclo Preparatório TV”. Os resultados devolvidos são os que surgem condensados na Tabela 3.

Palavras-chave	Diários das Sessões da A.N.		Atas da C.C.	
	N.º de	N.º de	N.º de	N.º de
	Diários	páginas	Atas	páginas
Telescola	41	50	3	4
Televisão escolar	63	85	6	9
Televisão educativa	41	51	5	5
Ciclo Preparatório TV	6	8	2	2
TOTAL:	151	194	16	20

Tabela 3 - N.º de registos documentais e N.º de páginas devolvido na pesquisa pelas 4 palavras-chave

Fonte: <http://debates.parlamento.pt/>

Ao constatar, nos primeiros resultados devolvidos, que as páginas indicadas nem sempre contemplavam integralmente as palavras-chave, tornou-se então necessário partir para a leitura e análise integral dos Diários e Atas identificados. Deste modo, foi possível delimitar a amostra a **50** documentos (**45 Diários das Sessões** da Assembleia Nacional e **5 Atas** da Câmara Corporativa), conforme os dados que se apresentam plasmados na Tabela 4.

Palavras-chave	N.º de Diários das Sessões da Assembleia Nacional	N.º de Atas da Câmara Corporativa
Telescola	37	3
Televisão escolar	3	1
Televisão educativa	1	0
Ciclo Preparatório TV	4	1
TOTAL:	45	5

Tabela 4 - Dimensão da amostra do estudo

Privilegiando, portanto, uma metodologia de investigação eminentemente qualitativa, passamos, de seguida à análise documental, enquanto processo intrínseco à organização da informação (Nascimento, 2009). Neste primeiro momento do nosso labor analítico, seguimos de perto as fases de análise documental (processo de análise de documento; processo de descrição do assunto; e processo de análise de assunto) propostas por Mai (2000), procedendo depois à transferência da informação, em bruto, da documentação primária (arquivos digitais) para documentos secundários (representações daquela) (Chaumier, 1974), como forma de garantir o seu armazenamento para posterior consulta, utilização e referenciação (Álvarez-Ossorio, 1988).

O recurso à análise documental permitiu-nos ainda a *indexação*, isto é, a classificação, por palavras-chave, expressões, temas ou descritores, dos elementos de informação dos documentos da amostra, o que nos possibilitou igualmente a categorização dos documentos segundo alguns critérios comuns ou pelas analogias quanto ao seu conteúdo (Guinchat & Aubret, 1968).

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Por conseguinte, a análise documental à amostra, começou por revelar os dados que se apresentam condensados na Tabela 5.

Palavras-chave	Diários das Sessões da A.N.			Atas da C.C.		
	N.º de Diários	N.º de páginas	N.º de referências	N.º de Atas	N.º de páginas	N.º de referências
Telescola	37	42	83	3	4	4
Televisão escolar	3	15	27	1	1	1
Televisão educativa	1	10	10	0	0	0
Ciclo Preparatório TV	4	6	7	1	1	1
TOTAL:	45*	73	127	5**	6	6

Tabela 5 - Dimensão da amostra do estudo

* Apenas contabilizados os Diários das Sessões com diferente numeração

** Apenas contabilizadas as Atas da Câmara Corporativa com diferente numeração

3.1 A VISÃO DOS DIÁRIOS DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA NACIONAL (1963/74)

Foi na Sessão n.º 88, em 29 de março de 1963, onde se debateu pela primeira vez a temática da Telescola na Assembleia Nacional (*Diário das Sessões n.º 88*, de 30 de Março de 1963). O seu responsável, quiçá o maior e mais eloquente defensor parlamentar da introdução da Telescola em Portugal, António Martins da Cruz, advogado, licenciado em Direito e em Letras, do círculo eleitoral de Castelo Branco (Tavares Castilho, 2009).

Além de Martins da Cruz, mais cinco deputados, nas suas intervenções parlamentares ao longo da VIII Legislatura da Assembleia Nacional (25/11/1961 a 08/08/1965), referiram-se à temática da Telescola. A IX Legislatura da A.N. (25/11/1965 a 21/03/1969), foi a mais ativa, contabilizando-se 13 deputados que, na sua participação nos debates parlamentares, verbalizaram questões centradas com a Telescola. Quanto à X Legislatura da A.N. (24/11/1969 a 27/04/1973), foram 9 os deputados que abordaram a temática, sendo apenas 2 aqueles que o fizeram na XI Legislatura da A.N. (15/11/1973 a 25/04/1974).

O último dos 26 deputados, oriundos de 18 distintos círculos eleitorais (do Continente, Ilhas e Províncias Ultramarinas), que se referir à Telescola foi Alberto Eduardo Nogueira Lobo de Alarcão e Silva, na Sessão n.º 47, de 5 de abril de 1974 (*Diário das Sessões n.º 49*, de 6 de Abril de 1963, p. 958).

Por seu turno, registamos, nas VIII, IX e X Legislaturas, o nome de 6 deputados que em 10 intervenções parlamentares se referiram à temática da televisão escolar, a primeira das quais também na Sessão n.º 88, em 29 de março de 1963, e a última na Sessão 255, de 26 de Abril de 1973 (*Diário das Sessões n.º 255*, de 27 de Abril de 1973). Foram ainda 6 os deputados que se referiram à televisão educativa (entre a VIII e a X Legislatura), o primeiro dos quais na Sessão n.º 105, de 11 de Dezembro de 1963 (*Diário das Sessões n.º 105*, de 12 de Dezembro de 1963).

Quanto ao Ciclo Preparatório TV, apenas 3 deputados, nas X e XI Legislaturas, lhe fizeram referência, em quatro diferentes intervenções parlamentares.

Em síntese, no período cronológico em equação, foram identificados e contabilizados 29 deputados que intervieram em 59 debates parlamentares, na Assembleia Nacional, sobre a problemática em estudo, tal como é representado na Tabela 6.

Nome do Deputado	Legislatura (Sessão legislativa)	Círculo eleitoral
António Martins da Cruz	VIII (02) VIII (03)	Castelo Branco
Joaquim de Sousa Birne	VIII (03)	Viseu
Elísio de Oliveira Alves Pimenta	VIII (03)	Porto
Olívio da Costa Carvalho	VIII (04)	Porto
José Alberto de Carvalho	VIII (04) IX (02) XI (01)	Porto
Mário de Figueiredo	VIII (04)	Lisboa
José Fernando Nunes Barata	VIII (04)	Coimbra
Miguel Augusto Pinto de Meneses	IX (01)	Lisboa
Manuel José de Almeida Braamcamp Sobral	IX (02)	Santarém
Henrique Veiga de Macedo	IX (02)	Aveiro
José Nunes de Oliveira	IX (02)	Braga
André da Silva Campos Neves	IX (03)	Coimbra
José Henriques Mouta	IX (03)	Viseu
António Augusto Ferreira da Cruz	IX (03)	Porto
José Gonçalves de Araújo Novo	IX (03)	Viana do Castelo
Custódia Lopes	IX (03) IX (04) X (04)	Moçambique
José Manuel da Costa	IX (03)	Portalegre
Gustavo Neto de Miranda	IX (04)	Angola
Rafael Valadão dos Santos	IX (04) X (04)	Angra do Heroísmo
Eleutério Gomes de Aguiar	X (01) X (02) X (04)	Funchal
Agostinho Gabriel de Jesus Cardoso	X (02)	Funchal
Francisco Manuel de Meneses Falcão	X (02)	Leiria
Álvaro Filipe Barreto de Lara	X (02)	Angola
Fernando Dias de Carvalho Conceição	X (02)	Braga
Artur Augusto de Oliveira Pimentel	X (04)	Bragança

Nome do Deputado	Legislatura (Sessão legislativa)	Círculo eleitoral
Maria Raquel Ribeiro	X (04)	Lisboa
João Bosco Soares Mota Amaral	X (04)	Ponta Delgada
Alberto Eduardo Nogueira Lobo de Alarcão e Silva	XI (01)	Lisboa
Manuel de Jesus Silva Mendes	XI (01)	Portalegre

Tabela 6 - Nome, legislatura e círculo eleitoral dos 29 deputados que intervieram na Assembleia Nacional a propósito da problemática de investigação

Da sua análise podemos concluir que estes 29 deputados da Nação, 27 do sexo masculino e 2 do sexo feminino, na sua maioria do círculo eleitoral de Lisboa (4) e do Porto (4), foram também eleitos por Braga (2), Coimbra (2), Portalegre (2), Viseu (2), Funchal (2), Angola (2), Castelo Branco (1), Santarém (1), Aveiro (1), Viana do Castelo (1), Leiria (1), Bragança (1), Angra do Heroísmo (1), Ponta Delgada (1) e Moçambique (1).

3.2 O PRISMA DAS ACTAS DA CÂMARA CORPORATIVA (1967/71)

Já no que diz respeito às Atas da Câmara Corporativa os resultados obtidos foram tremendamente desanimadores uma vez que apenas constatamos a referência à problemática em estudo em 5 documentos, a primeira datada de 17/11/1964 (*Actas da Câmara Corporativa n.º 82*, de 17 de Novembro de 1964) e a última de 19/09/1972 (*Actas da Câmara Corporativa n.º 117*, de 19 de Setembro de 1972), ou seja, entre a VIII e a X Legislaturas. Não foi possível, sequer, identificar um único procurador da Câmara Corporativa (Tavares Castilho, 2010).

Por conseguinte, o parecer sobre o projeto de proposta de lei n.º 4/IX (III Plano de Fomento para 1968-1973), publicado nas *Actas da Câmara Corporativa n.º 56*, de 30 de junho de 1967, ao referir-se às Infraestruturas, na Secção I, da Educação e investigação ligada ao ensino, contém algumas das reformas que se têm operado no âmbito do Ministério da Educação Nacional: “Criou-se o Instituto do Meios Audiovisuais do Ensino (Decreto-Lei n.º 46 135, de 31 de dezembro de 1964), organismo destinado a promover a utilização dos meios audiovisuais como vias de acção educativa e escolar. Simultaneamente criou-se, na dependência desse Instituto, a telescola (Decreto-Lei n.º 46 136, da mesma data), a qual vem exercendo importante papel, que tende a expandir-se, levando certas formas de ensino a muitos que de outro modo não poderiam tê-las. E por diploma anterior (Decreto n.º 45 418, de 9 de dezembro de 1963) instituíra-se o Centro de Estudos do Pedagogia Audiovisual com a missão de servir de apoio científico as mencionadas actividades e, designadamente, promover a formação de pessoal docente adestrado nas respectivas técnicas” (p. 825).

Também nas *Actas da Câmara Corporativa n.º 115*, de 18 de dezembro de 1968, foi publicado o parecer sobre o projeto de proposta de lei n.º 4/IX (A reorganização das Casas do Povo e a previdência rural), de onde se destaca: “Clara noção do desenvolvimento das actividades de promoção sócio-cultural nos dá também a especificação das diferentes modalidades exercidas, através da orientação da Junta Central dos Casas do Povo, da Junta da Acção Social e da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho e ainda em colaboração com o Instituto de Meios Áudio-Visuais (...). No ano findo foram instalados em Casas do Povo 47 postos de recepção da Telescola e cerca de 200 centros de leitura orientada” (p. 1997).

Finalmente, o Quadro II, com os dados de frequências das escolas metropolitanas (ano de 1968-1969), publicado nas *Actas da Câmara Corporativa n.º 74*, de 15 de julho de 1971, reflete “No ciclo preparatório (obrigatório também) (...) os efectivos da Telescola” (p. 905). No ponto 30 da apreciação na generalidade do projeto de proposta de lei n.º 5/X pode ainda ler-se que “Na chamada educação permanente podem vir a ter lugares de relevo não apenas a telescola, mas também o ensino por correspondência” (Idem, p. 921).

Perece-nos assim absolutamente necessário submeter os dados recolhidos a uma segunda fase de implementação metodológica deste estudo, a análise de conteúdo, no sentido de detalhar e aprofundar o eventual contributo dos debates parlamentares dos deputados da Nação para a criação e implementação da Telescola em Portugal, e cujos resultados serão revelados em artigo posterior.

4. CONCLUSÕES

Apesar de, como sublinham alguns autores, “a ideologia oficial do Estado Novo e de muitos dos seus apaniguados exalta[r] a ignorância do nosso povo como uma virtude a valorizar (a redução da escolaridade obrigatória, a desvalorização da profissão docente e a redução dos currículos são disso um bom exemplo)” (Igreja, 2004, p. 155; parêntesis nosso), o surgimento e institucionalização da Telescola no panorama educativo português é também um claro indício de inovação e modernidade mediática, em pleno regime opressor.

Este subsistema é assim, não apenas fruto do contexto internacional de alguma pressão por parte de organismos internacionais, mas também da abertura que internamente foi encontrada para tornar possível uma realidade, tecnologicamente avançada, mas já possível. Sendo uma “pedrada no charco” tanto sob o ponto de vista pedagógico (relevem-se as novidades na área da matemática e do francês, por exemplo) como tecnológico (a rápida passagem da rádio escolar às emissões em direto pela televisão), estranha-se a pouca atenção dada pelo poder legislativo do regime à discussão de um tal acontecimento educativo. Será tanto mais de estranhar quanto a reforma do ensino técnico na década anterior e em pleno contexto de 2ª guerra mundial, tinha merecido mais de 90 intervenções.

Mas a investigação serve exatamente para ir apresentando algumas evidências de hipóteses nem sempre verificadas, tal como as fases subsequentes deste estudo que, a seu tempo, irão ser igualmente dadas à estampa.

BIBLIOGRAFIA

- Álvarez-Ossorio, J. R., (1988). *Introducción a la información y documentación científica*. Madrid: Editorial Alhambra.
- Assembleia Nacional (s.d.). *Descrição*. Retrieved from <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan>
- Braga, P. D. (2011). *e-Paper 1 - A Educação em Debate na Assembleia Nacional: o Contributo das Mulheres Deputadas (1945-1957)*. Lisboa: CIP - Escola Superior de Educação Almeida Garrett. Retrieved from: <http://www.eseag.pt/noticias/e-papers/e-papers.html>
- Câmara Corporativa (s.d.). *Descrição*. Retrieved from <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/acc>
- Chaumier, J (1974). *Les techniques documentaires*. Paris: P.U.F.
- Constituição de 1933*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa. Retrieved from: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>
- Ferreira, N. E. (2009). *A Câmara Corporativa no Estado Novo: Composição, Funcionamento e Influência*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais (Especialidade em Sociologia Política). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da UL. Retrieved from: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/316>
- Guinchat, C. & Aubret, P. (1968). *La documentation au service de l'action*. Paris: Presses de l'Ile-de-France.
- Igreja, M. A. (2004). *A educação para a cidadania nos programas e manuais escolares de história e geografia de Portugal e História - 2.º e 3.º ciclos do ensino básico: da reforma curricular (1989) à reorganização curricular (2001)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho. Retrieved from: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/951>
- Janeira, A. L. (1972). A técnica de análise de conteúdo nas ciências sociais: natureza e aplicações. *Análise Social*, IX (34), 370-399.
- Mai, J.-E. (2000). *The Subject Indexing Process: an investigation of problems in knowledge representation*. PhD Thesis Presented to the Faculty of the Graduate School of Library and Information Science. Austin: The University of Texas at Austin. Retrieved from: http://jenserikmai.info/Papers/2000_PhDdiss.pdf
- Nascimento, L. M. (2009). *Análise documental e análise diplomática: perspectivas de interlocução de procedimentos*. Tese de Doutoramento em Ciência

- da Informação. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP. Retrieved from: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103371>
- Schmitter, P. C. (1999). *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, ICS, 1999.
- Tavares Castilho, J. M. (2001). A Assembleia Nacional, 1934-1974: esboço de caracterização. *Penélope: revista de história e ciências sociais*, 24, 65-84. Retrieved from: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2654632.pdf>
- Tavares Castilho, J. M. (2009). *Os deputados da Assembleia Nacional: 1935-1974*. Lisboa: Assembleia da República/Texto Editores. Versão *online* disponível em: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/index.html
- Tavares Castilho, J. M. (2010). *Os procuradores da Câmara Corporativa, (1935-1974)*. Lisboa: Assembleia da República/Texto Editores. Versão *online* disponível em: <http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/index.html>

FONTES ARQUIVÍSTICAS

- Acta da assembleia geral de apuramento dos resultados do Plebiscito Nacional de 19 de Março de 1933, sobre a Constituição Política da República Portuguesa (1933). *Diário do Governo n.º 83*, I Série, de 11 de abril de 1933, p. 649. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa. Retrieved from: <https://dre.pt/application/file/a/255138>
- Actas da Câmara Corporativa n.º 82*, de 17 de Novembro de 1964. VIII Legislatura - 1964, pp. 815-1060. Lisboa: Secretaria da Assembleia Nacional/Imprensa Nacional de Lisboa. Acedido a 01 de fevereiro 2017. Retrieved from: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/acc/01/08/03/082/1964-11-17>
- Actas da Câmara Corporativa n.º 56*, de 30 de Junho de 1967. IX Legislatura - 1967, pp. 487-1187. Lisboa: Secretaria da Assembleia Nacional/Imprensa Nacional de Lisboa. Acedido a 01 de fevereiro 2017. Retrieved from: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/acc/01/09/02/056/1967-06-30>
- Actas da Câmara Corporativa n.º 115*, de 18 de Dezembro de 1968. IX Legislatura - 1968, pp. 1995-2004. Lisboa: Secretaria da Assembleia Nacional/Imprensa Nacional de Lisboa. Acedido a 01 de fevereiro 2017. Retrieved from: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/acc/01/09/04/115/1968-12-18>
- Actas da Câmara Corporativa n.º 74*, de 15 de Julho de 1971. X Legislatura - 1971, pp. 897-958. Lisboa: Secretaria da Assembleia Nacional/Imprensa Nacional de Lisboa. Acedido a 01 de fevereiro 2017. Retrieved from: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/acc/01/10/02/074/1971-07-15>
- Actas da Câmara Corporativa n.º 117*, de 19 de Setembro de 1972. X Legislatura - 1972, pp. 1515-1526. Lisboa: Secretaria da Assembleia Nacional/Imprensa

Nacional de Lisboa. Acedido a 01 de fevereiro 2017. Retrieved from: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/acc/01/10/03/117/1972-09-19>

Diário das Sessões n.º 88, de 30 de Março de 1963, VIII Legislatura, Sessão n.º 88 da Assembleia Nacional, em 29 de Março, pp. 2239-2250. Lisboa: Secretaria da Assembleia Nacional/Imprensa Nacional de Lisboa. Acedido a 01 de fevereiro 2017. Retrieved from: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/08/02/088/1963-03-29>

Diário das Sessões n.º 105, de 12 de Dezembro de 1963, VIII Legislatura, Sessão n.º 105 da Assembleia Nacional, em 11 de Dezembro, pp. 2705-2732. Lisboa: Secretaria da Assembleia Nacional/Imprensa Nacional de Lisboa. Acedido a 02 de fevereiro 2017. Retrieved from: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/08/03/105/1963-12-11>

Diário das Sessões n.º 49, de 6 de Abril de 1974, XI Legislatura, Sessão n.º 49 da Assembleia Nacional, em 5 de Abril, pp. 953-968. Lisboa: Secretaria da Assembleia Nacional/Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Acedido a 16 de fevereiro 2017. Retrieved from: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/11/01/049/1974-04-05>

Diário das Sessões n.º 255, de 27 de Abril de 1973, X Legislatura, Sessão n.º 255 da Assembleia Nacional, em 26 de Abril, pp. 5207-5263. Lisboa: Secretaria da Assembleia Nacional/Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Acedido a 16 de fevereiro 2017. Retrieved from: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/10/04/255/1973-04-26>

LEGISLAÇÃO CITADA

Decreto-Lei n.º 46136. *Diário do Governo n.º 305*, I Série, de 31 de dezembro de 1964, pp. 1972-1973. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa. Retrieved from: <https://dre.pt/application/file/a/554305>